



REDE EDUCAMISSAMI
**Faculdade
Santíssimo Sacramento**

**FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

VICTÓRIA EVELYN DA CRUZ VIANA

**O LUGAR DOS PSICOPATAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA CONDIÇÃO
PSICOLÓGICA DO CONDENADO**

Alagoinhas – BA

2023

VICTÓRIA EVELYN DA CRUZ VIANA

**O LUGAR DOS PSICOPATAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA CONDIÇÃO
PSICOLÓGICA DO CONDENADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade Santíssimo
Sacramento como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharela em
Direito.

**Orientador: Prof. Me. Ângelo Maciel
Santos Reis**

Alagoinhas – BA

2023

VICTÓRIA EVELYN DA CRUZ VIANA

**O LUGAR DOS PSICOPATAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA CONDIÇÃO
PSICOLÓGICA DO CONDENADO**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Direito da Faculdade Santíssimo Sacramento.

Aprovado em: 13 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ângelo Santos Reis

Professor Orientador

Prof. Me. Leandro Carvalho Sanson

Professor Convidado I

Prof.(a) Bárbara Moraes Mendes da Silva

Professor Convidado II

Alagoinhas – BA

2023

RESUMO

O presente trabalho analisa o lugar dos psicopatas no sistema jurídico brasileiro, com foco na aplicação de medidas de segurança e na avaliação psicológica do condenado. O problema central de pesquisa é: como podemos avaliar a responsabilidade jurídica do psicopata diante da possibilidade de aplicação de medidas de segurança e da avaliação psicológica inserida no caso? O objetivo geral é elucidar os aspectos jurídicos que fundamentam a responsabilização do psicopata, considerando sua condição psicológica e as medidas de segurança aplicáveis. Para alcançar tal propósito, os objetivos específicos englobam a análise das características distintas da psicopatia que desafiam as estruturas tradicionais de justiça, a avaliação das limitações atuais na identificação e tratamento de psicopatas, bem como a proposição de estratégias de aprimoramento em capacitação profissional, cooperação interdisciplinar e infraestrutura especializada para o acompanhamento destes indivíduos. A metodologia adotada é dedutiva, utilizando uma abordagem qualitativa, e se fundamenta na revisão bibliográfica e documental para explorar a complexidade do tema. A pesquisa revela que o sistema penal brasileiro enfrenta desafios significativos na adequação de políticas específicas para psicopatas, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais ampla e refinada que vá além das categorias tradicionais de responsabilização. O estudo propõe a criação de instalações específicas para detenção de psicopatas, enfatizando a importância da formação especializada e dos princípios dos direitos humanos. Conclui-se que a avaliação adequada da responsabilidade jurídica dos psicopatas requer uma política criminal estruturada, incorporando medidas de controle e contenção eficazes, garantindo a segurança social sem comprometer as garantias constitucionais. Espera-se que esta pesquisa contribua para a conscientização e reflexão sobre a situação dos psicopatas no sistema jurídico brasileiro, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais abrangente no tratamento desses indivíduos.

Palavras-Chaves: Medidas de Segurança; Psicopatas; Responsabilidade Jurídica.

ABSTRACT

This work analyzes the place of psychopaths in the Brazilian legal system, focusing on the application of security measures and the psychological evaluation of the convicted person. The central research problem is: how can we assess the legal responsibility of the psychopath given the possibility of applying security measures and the psychological assessment included in the case? The general objective is to elucidate the legal aspects that underlie the liability of the psychopath, considering their psychological condition and the applicable security measures. To achieve this purpose, the specific objectives encompass the analysis of the distinct characteristics of psychopathy that challenge traditional structures of justice, the assessment of current limitations in the identification and treatment of psychopaths, as well as the proposition of strategies for improving professional training, interdisciplinary cooperation and specialized infrastructure for monitoring these individuals. The methodology adopted is deductive, using a qualitative approach, and is based on bibliographic and documentary review to explore the complexity of the topic. The research reveals that the Brazilian criminal system faces significant challenges in adapting specific policies for psychopaths, highlighting the need for a broader and more refined approach that goes beyond traditional categories of accountability. The study proposes the creation of specific facilities for the detention of psychopaths, emphasizing the importance of specialized training and human rights principles. It is concluded that the adequate assessment of the legal responsibility of psychopaths requires a structured criminal policy, incorporating effective control and containment measures, guaranteeing social security without compromising constitutional guarantees. It is hoped that this research will contribute to awareness and reflection on the situation of psychopaths in the Brazilian legal system, emphasizing the need for a more comprehensive approach in the treatment of these individuals.

Keywords: Security measures; Psychopaths; Legal Responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A PSICOPATIA A LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO	12
1.1 Conceitos de psicopatia e transtorno de personalidade antissocial	12
1.2 Aspectos psicológicos dos psicopatas	15
1.3 A origem do termo “serial killer”	17
1.4 O psicopata perante o direito penal	20
2 AS MEDIDAS USUAIS NO DIREITO PENAL NO TRATO A PSICOPATAS	24
2.1 O direito penal e a criminalização de condutas	24
2.2 Medidas de segurança e sua aplicação	31
2.3 Avaliação da eficácia das medidas de segurança	33
2.3.1 Limitações na aplicação das medidas de segurança	36
3 DESAFIOS NA ABORDAGEM E REINserÇÃO SOCIAL DE PSICOPATAS	39
3.1 Análise de Caso: Caso Suzane e Chico Picadinho	39
3.1.1 Caso Suzane	39
3.1.2 Caso Chico Picadinho	41
3.2 Avaliação da condição psicológica do psicopata	43
3.3 Propostas de aprimoramento do sistema	45
3.4 Reabilitação e reinserção social dos psicopatas	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

No cenário complexo do sistema de justiça brasileiro, a abordagem e tratamento de indivíduos com psicopatia emergem como desafios cruciais. A psicopatia, caracterizada por um padrão persistente de comportamento antissocial, manipulador e desprovido de empatia, representa uma categoria única que transcende as classificações tradicionais de inimputabilidade. Diante dessa complexidade, a capacidade do sistema de justiça em lidar eficazmente com psicopatas, especialmente quando envolvidos em crimes graves, torna-se uma questão de suma importância para a segurança da sociedade.

A classificação de psicopatia ou transtorno de personalidade antissocial tem como base um conjunto de características comportamentais marcadas por déficits emocionais e falta de empatia, o que pode resultar em comportamentos violentos e transgressores. Esses indivíduos representam um desafio para o sistema jurídico e para a sociedade como um todo, uma vez que a possibilidade de reabilitação e reintegração na sociedade é questionada devido à sua condição psicológica.

Este estudo busca explorar e analisar em profundidade os desafios enfrentados pelo sistema de justiça brasileiro no tratamento de psicopatas, abordando desde a avaliação adequada até as medidas de segurança aplicadas. A compreensão da psicopatia vai além das categorias tradicionais de culpabilidade ou inimputabilidade, exigindo uma abordagem mais refinada e especializada.

As medidas atualmente adotadas buscam assegurar a segurança da sociedade e ao mesmo tempo fornecer um tratamento para esses indivíduos. No entanto, é fundamental avaliar a eficácia dessas medidas, identificar possíveis limitações e desafios na sua aplicação e propor formas de aprimoramento do sistema.

A realização desta monografia é motivada pela necessidade premente de compreender e aprimorar o tratamento oferecido pelo sistema de justiça brasileiro aos indivíduos identificados com psicopatia. A psicopatia, como transtorno de personalidade, apresenta desafios singulares que impactam diretamente a eficácia das práticas jurídicas.

A complexidade da psicopatia, manifestada pela habilidade desses indivíduos em mascarar sua verdadeira personalidade antissocial, cria obstáculos na aplicação de medidas punitivas e preventivas. A falta de uma abordagem especializada no

contexto jurídico brasileiro pode resultar na subestimação da gravidade dos crimes cometidos por psicopatas, comprometendo a segurança pública.

A justificativa para este estudo reside na importância de desenvolver estratégias que garantam a segurança da sociedade, respeitando simultaneamente os direitos e a dignidade dos indivíduos diagnosticados com psicopatia.

Ao compreender as limitações atuais, investigar as características específicas da psicopatia e propor estratégias de aprimoramento, esta monografia pretende ser um instrumento para fomentar a discussão, provocar reflexões e sugerir caminhos que conduzam a práticas mais eficazes no tratamento de casos envolvendo psicopatas.

O psicopata não possui uma condição jurídica especificada, tendo condições de responder de forma convencional dentro do espectro da pena ou ainda na forma de medida de segurança, tendo uma punição alternativa dentro da conduta do direito penal brasileiro. A condição de psicopata depende de uma avaliação psicológica e do tratamento adequado do poder judiciário. O problema central de pesquisa é: como podemos avaliar a responsabilidade jurídica do psicopata diante da possibilidade de aplicação de medidas de segurança e da avaliação psicológica inserida no caso?

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, temos que a aplicabilidade de penas se baseia na culpabilidade do agente, individualizando a sua pena e então aplicando a pena de acordo com os elementos que estabelecem a sua culpa diante do crime cometido. Diante disso, vemos que a justiça brasileira se encontra em um patamar de aplicação de penas que pode incidir em medidas de segurança direcionadas aos psicopatas, se valendo dos aspectos psicológicos do agente para a individualização da pena.

Entretanto, em certos casos observamos que a aplicação de uma pena convencional se mostra contraproducente diante da individualização da pena do agente, tendo em vista que a condição psicológica do psicopata pode incidir em uma pena de medida de segurança para o caso.

Diante do exposto este estudo tem como objetivo geral: Elencar os aspectos jurídicos que proporcionam a responsabilização jurídica do psicopata diante da aplicação de medidas de segurança e da condição psicológica do psicopata. E como objetivos específicos: Investigar as características específicas da psicopatia que desafiam as estruturas convencionais do sistema de justiça.

Avaliar as limitações atuais na identificação precoce de psicopatas e na aplicação de medidas de segurança eficazes.

Propor estratégias de aprimoramento na capacitação profissional, cooperação interdisciplinar e infraestrutura dedicada ao acompanhamento de psicopatas.

A pesquisa adotará o método dedutivo, uma abordagem qualitativa, empregando revisão bibliográfica e análise documental. A coleta de dados visa compreender práticas existentes, lacunas percebidas e soluções propostas, fornecendo uma base sólida para as análises realizadas nos capítulos subsequentes.

O primeiro capítulo contextualiza a psicopatia como um transtorno complexo, destacando suas características específicas que desafiam as estruturas convencionais do sistema de justiça. A capacidade das psicopatas de dissimular sua verdadeira natureza antissocial apresenta um obstáculo significativo na identificação e tratamento adequado.

O segundo capítulo aborda as limitações atuais do sistema de justiça brasileiro no acompanhamento de psicopatas, desde a avaliação de risco até a aplicação e execução das medidas de segurança. Destacam-se as lacunas na capacitação profissional, na cooperação interdisciplinar e na infraestrutura disponível para lidar com esses indivíduos.

O terceiro capítulo propõe estratégias de aprimoramento do sistema, enfatizando a necessidade de fortalecer a capacitação profissional, promover a colaboração interdisciplinar e ampliar a infraestrutura e os recursos dedicados ao acompanhamento de psicopatas

Assim como, o desafio da reinserção social dos psicopatas, diante da deficiência de tratamentos adequados e da falta de estruturas específicas, o estudo propõe a criação de instalações exclusivas para a detenção de psicopatas, alterando a segurança da sociedade e a promoção de um ambiente propício à tentativa de reabilitação.

Este estudo, assim, pretende contribuir para o aprimoramento do sistema de justiça brasileiro no enfrentamento dos desafios apresentados pela psicopatia, promovendo uma abordagem mais especializada e eficaz no tratamento dessa categoria única de indivíduos.